



O Ensino na Graduação: Oficinas do Conhecimento

Teaching in Graduation: Knowledge Workshops

Norberto Tamborlin

*Universidade Regional de Blumenau - FURB
Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd
norberto.mestrado@gmail.com*

Cristian von der Hayde

*Universidade Regional de Blumenau - FURB
Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd
cristian.heyde@gmail.com*

Oscar Dalfovo

*Universidade Regional de Blumenau - FURB
Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd
odalfovo@gmail.com*

Resumo

O aumento da competitividade entre as Instituições de Ensino Superior (IES) tem provocado uma acirrada concorrência. Assim, não somente o preço, mas também, e principalmente a qualidade do ensino oferecido, tem norteado estas instituições. Assim, o objetivo desta pesquisa foi propor um conjunto de oficinas que poderão acrescentar mais conhecimento aos alunos, além daqueles apresentados de maneira formal nas suas respectivas grades curriculares. Desta forma surgiu a questão de pesquisa: como as oficinas do conhecimento podem contribuir para um melhor preparo dos alunos para suas atividades acadêmicas? Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo em uma Instituição de Ensino Superior, onde se buscou identificar quais as necessidades mais correntes dos alunos e propor uma série de oficinas para suprir estas necessidades. Assim, a pesquisa demonstrou que os alunos sentem a necessidade de atividades que venham a complementar os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Palavras-chave: Inteligências Múltiplas; Ensino de Administração; Aprendizagem.

Abstract

Increased competitiveness between Higher Education Institutions (HEI) has provoked a fierce competition. Thus, not only the price but also the quality of education offered, has guided these institutions. The objective of this research was to propose a set of workshops that will add more knowledge to students in addition to those presented in a formal way in their respective grades Curriculum. So, the research question is: How workshops of knowledge can contribute to better prepare students for their academic activities? To get this response, was developed a descriptive qualitative research in an Institution of Higher Education, where sought to identify the most common needs of students and propose a series of workshops to meet these needs. Thus, the workshops have been planned from the data collected in the survey shows that students feel the need for activities that will complement the knowledge acquired in the classroom.

Keywords: Multiple Intelligences; Business and Management Education; Learning.

1. Introdução

O sistema educacional brasileiro pode ser visualizado em níveis hierárquicos: no plano superior encontra-se o Ministério da Educação (MEC), responsável pela formulação e implantação de políticas nacionais de educação; a seguir estão as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela gestão da educação no Estado; no terceiro nível encontram-se as Secretarias Municipais de Educação, responsáveis pela elaboração e implementação de planos e programas educacionais no âmbito do município; e, no nível inferior, encontram-se as escolas, tanto públicas quanto privadas, responsáveis pela sua administração, gestão de recursos, relacionamento com a comunidade, implantação das políticas, projetos e programas elaborados pelos três níveis anteriores.

Para Almeida (2001), com base nesta hierarquia, infere-se que a escola é o ponto de convergência das pressões dos diversos níveis: nacional, regional, municipal e local. Estas pressões são mais sentidas no caso específico do ensino superior, provocando uma acirrada concorrência e uma alta competitividade entre as Instituições de Ensino Superior (IES), exigindo dessas entidades, a necessidade da profissionalização de sua gestão, aliando a desburocratização de processos à oferta de serviços ágeis e eficientes. Todo esse esforço, no entanto, será inútil se as IES não conseguirem manter os alunos atuais e conquistarem novos, cada vez mais exigentes e com maiores expectativas.

Ainda para Almeida (2001), este objetivo, entretanto, só será alcançado se as IES responderem, com competência e qualidade, a todas essas pressões, tornando-se locais de sucesso, atraentes, desafiadores e convidativos para os alunos. Essa resposta passa, necessariamente, pela excelência dos processos de ensino e aprendizagem, no âmago dos quais encontramos, além do aluno, um ator fundamental: o professor.

Sendo o corpo docente de uma IES a principal fonte do conhecimento acadêmico, pode-se considerar a qualidade do ensino como determinada, basicamente, pelas ações que norteiam os processos de ensino e aprendizagem, e os alunos como os principais fornecedores de informação sobre a efetividade do professor (Bem, 2004). Assim, a avaliação sistemática, pelos alunos, da prática pedagógica dos professores, em sala de aula, passa a ter importância primordial para o aprimoramento desta mesma prática e para a melhoria da qualidade do ensino ministrado nas IES. É nesse contexto de utilização dos resultados obtidos, com a avaliação dos alunos para o aperfeiçoamento da prática docente e para a elevação da qualidade do ensino nas IES, que as oficinas do conhecimento poderão contribuir para o resultado final da IES.

2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica trás o embasamento teórico necessário para dar suporte ao trabalho desenvolvido. Desta forma, a revisão da literatura se inicia com o tema Inteligências Múltiplas, entendendo que é importante este conhecimento, uma vez que, poderá contribuir para desenvolver métodos diferenciados de ministrar as aulas. Em seguida a discussão sobre o tema Aprendizagem, pois é através deste que se busca a interação do professor com o aluno em sala de aula. Em seguida, o tema Ensino em Administração, trazendo conceitos interessantes e finalizando dentro deste mesmo tema uma abordagem sobre o exame Nacional (ENADE), em função de ser este um balizador das instituições perante o Ministério da Educação.

2.1. Inteligências Múltiplas

Gama (1998) ressalta que, em 1905, as autoridades francesas solicitaram a Alfred Binet o desenvolvimento de um mecanismo no qual fosse possível identificar e prever quais crianças teriam sucesso nas escolas (liceus) de Paris. Esse instrumento testava a habilidade das crianças nas áreas de linguística e lógica, uma vez que os currículos acadêmicos dos liceus davam ênfase, sobretudo, ao desenvolvimento da linguagem e da matemática. Esse mecanismo, desenvolvido então por Binet, deu origem ao primeiro teste de inteligência, desenvolvido por Terman na Universidade de Standford, na Califórnia: o *Standford-Binet Intelligence Scale*. Armstrong (2001) relata que, alguns anos mais tarde, esses testes foram difundidos, assim como a ideia de que existia algo chamado “inteligência”, e que poderia ser medida de forma objetiva e reduzida a um número conhecido como “QI” (*Intelligence Quotient*). Após aproximadamente 80 anos do desenvolvimento dos primeiros testes de inteligência, o psicólogo Howard Gardner questionou este modelo afirmando que a inteligência havia sido definida de forma muito limitada.

As pesquisas que foram sendo desenvolvidas na questão do cognitivismo e neuropsicologia sugerem que estas habilidades cognitivas são mais diferenciadas e mais específicas do que se acreditava. A inteligência é a capacidade de solucionar problemas ou ainda, de criar produtos que sejam reconhecidos dentro dos vários cenários culturais (GARDNER, 1985). Em sua teoria das Inteligências Múltiplas (IM), buscou não ficar nos mesmos conceitos de inteligência, que é identificado como uma capacidade ou potencial geral que cada pessoa possui em maior ou menor extensão, mas indo além dos limites do Quociente de Inteligência – QI (Gardner, 1995).

Outros pesquisadores também abordam a importância de estudar as Inteligências Múltiplas (IM). Antunes (1999) ressalta que é importante a identificação de diversas inteligências no ser humano e chama a atenção das diferenças entre os indivíduos. Já Walter, Schneider, Frega e Domingues (2008) ressaltam que a importância do estudo das Inteligências Múltiplas (IM), principalmente na esfera educacional, deve-se à grande preocupação com o processo de ensino e aprendizagem, no sentido de determinar: a) como as pessoas aprendem; b) por que algumas apresentam mais facilidade do que outras em determinadas situações em sala de aula; e c) como essas diferenças podem ser desenvolvidas. Desta forma os conceitos de aprendizagem necessitam ser ressaltados.

2.2. Aprendizagem

Libâneo (1990) afirma que a assimilação ou apropriação de conhecimentos e habilidades somente terá importância e sentido se proporcionar condições de se realizar uma atuação crítica e criativa na vida, na profissão e no exercício da cidadania. Para que ocorra a assimilação crítica dos conteúdos, é necessário fazer-se a ligação destes com as experiências vividas pelos alunos na sua prática social.

A noção de atividade prática-teoria-prática neste fundamento aponta a relação dialética, a interação constante da teoria com a prática, que vai sendo constantemente alterada pelo processo de construção do saber. Rays (1989) afirma que é possível entender que toda atividade de aprendizagem deve constituir-se de um desafio permanente, num desequilíbrio, que significa trabalhar com a verdade como inacabada, em função do constante movimento do mundo social e educacional. Este desafio e desequilíbrio envolvem não só o aluno, mas também o educador.

Grillo (1993) demonstrou, através de pesquisa, que o ensino de qualidade se institui num sentido de totalidade. Assim, a interação do docente, pessoa e profissional, se interpenetram. A autora trata de quatro categorias de qualidade: O SER; O SABER; O FAZER e O INTERVIR, demonstrando o sentido da totalidade do ensino. A segunda

categoria, o SABER, está relacionada aos estudos gerais e específicos para a qualificação profissional. A valorização da sala de aula como local de diálogo, troca de experiências; a interdisciplinaridade como benefício ao futuro profissional; e a pesquisa como princípio educativo são assinalados nesta categoria. Pode-se inferir também que à medida que se passa mais conhecimento ao aluno, e este o assimila, mais terá condições de desenvolver sua capacidade de aprendizagem.

2.3. Ensino de Administração

De acordo com Fischer (2010), o ensino de administração pode ser classificado em quatro níveis, sendo eles:

- a) A vida dos professores, com seu trabalho docente, campos temáticos, formas de ensinar, organizações e instituições;
- b) O ensino, ou a história dos currículos, dos programas e modos de ensinar e aprender;
- c) História das disciplinas ou a história da evolução do pensamento na área;
- d) História das instituições de ensino de administração no Brasil.

De acordo com Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), qualquer que seja o nível escolhido, os três restantes podem contemplar enquanto perspectiva da abordagem proposta.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) argumenta que o processo pedagógico dos cursos de Administração deve garantir habilidades técnicas e uma formação humanista. Porém, para o seu desenvolvimento, se torna necessário um saber teórico. Observa-se também que a procura pelos cursos de Administração no país aumentou, devido a cargos de gerência atrair mais as pessoas. Porém, a realidade demonstra que existe um caminho grande a ser percorrido com a qualidade do ensino, pois o Brasil está bem atrás dos países já desenvolvidos (Paula, 2001).

Segundo Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), a administração é uma convergência teórico-metodológica de história, história da educação e da história da administração. Entretanto, a administração deve fazer valer as construções e experimentos destes outros campos, garantindo assim qualidade.

Algumas das razões pela qual o Brasil está nessa situação são: aumento de número de vagas, dessa forma tendo uma seleção menos rigorosa; IES privadas são caracterizadas pelo modelo empresarial/comercial, com base no lucro, sendo que nesse caso, o processo de educação é banalizado, não tendo mais a relação entre instituição-aluno, instituição-professor e professor-aluno; e grande parte das IES não alcança o objetivo educacional, sendo ele a formação de um cidadão com valores. Com isso, os alunos são aprovados sem terem aprendido, fazendo com que o professor seja meramente uma peça no processo (Souza-Silva, Davel, 2005).

O currículo do curso está obsoleto, pois os autores clássicos viam a organização de forma segmentada, influenciando o curso e formando estudante com uma visão generalizada, sem a integração entre as partes (Nicolini, 2001).

Desta forma é possível compreender o porquê de criação da avaliação dos cursos superiores por parte do governo. Bittencourt, Viali, Casartelli e Rodrigues (2008) trás uma retórica sobre criação do Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), que pode ser considerada a principal inovação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

(ENADE) em relação ao antecessor Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como “Provão”.

O ENADE é parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo sido proposto em 2003 e formalmente instituído pela Lei n. 10.861, aprovada em 2004 (Brasil, 2004). O SINAES também inclui uma auto-avaliação das instituições, uma avaliação externa do corpo docente e da infraestrutura, e uma avaliação específica de cada curso de Graduação, realizada por avaliadores selecionados pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, ainda que o SINAES seja um processo completo de avaliação, a maioria das IES e os meios de comunicação dão mais destaque ao conceito ENADE e ao Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), ambos baseados no desempenho dos alunos. Conforme enfatizam Ristoff e Giolo (2006), grande parte da sociedade, da imprensa e até mesmo os próprios alunos pensam que o SINAES se resume ao ENADE.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os conceitos 1 e 2 são considerados baixos, o conceito 3 é considerado regular e os níveis 4 e 5 são classificados como altos. Tanto o IDD como o conceito ENADE apresentam uma distribuição concentrada no nível três (regular). Tal comportamento não surpreende, porque a atribuição dos conceitos ocorre em função do afastamento padronizado (POLIDORI, 2009). Além disso, resultados de concursos públicos e vestibulares, por exemplo, tendem a apresentar uma distribuição aproximadamente normal ou gaussiana (Bittencourt *et al.*, 2008).

A prova do ENADE é dividida em duas partes. A primeira de Formação Geral (FG) consiste de 10 questões, sendo duas discursivas e oito objetivas. A segunda de Componente Específico (CE) é composta por 30 questões, entre discursivas e objetivas. A prova tem duração de quatro horas e é aplicada a amostras de ingressantes de cursos de Graduação, com 7 a 22% da carga horária do curso concluída; e de concluintes com pelo menos 80% da carga horária do curso concluída (Polidori, 2009).

A avaliação da Educação Superior é um tema que já aparece na década de 80. Entretanto, seu marco representativo se consolidou com a promulgação da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o modelo SINAES, o qual tem a finalidade de viabilizar o acompanhamento da evolução da educação superior (BRASIL, 2004). O SINAES assente que o MEC norteie o processo de autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de graduação. O foco implícito nesse novo sistema consistia em instalar um ciclo de avaliação que seria referencial para a regulação das instituições (Polidori, 2009).

Para Escobar, Dalfovo e Verdinelli (2010), o objetivo do SINAES é assegurar o processo nacional de avaliação da IES, de cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando a melhoria da qualidade do ensino superior no país. De acordo com Polidori (2009), os resultados da avaliação devem dar suporte aos processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e recredenciamento de IES. Escobar, Dalfovo e Verdinelli (2010), afirmam que o SINAES é tido como uma política de Estado, que tem como princípio norteador a regulação e a emancipação. Por ter aspectos tanto de avaliação emancipatória, quanto de aspectos da avaliação regulatória, percebidos na Lei que o criou, se constitui como um sistema misto. Estruturalmente, o SINAES, pode ser dividido em três grandes pilares:

- a) Avaliação institucional: com o propósito de identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas;

- b) Avaliação dos cursos de graduação: no qual se procura identificar as condições do ensino oferecidas aos estudantes, perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica;
- c) ENADE: em que se mensura o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso; suas habilidades ao que diz respeito às exigências da evolução do conhecimento e suas competências de assimilar questões ligadas à esfera específica de sua profissão; a realidade brasileira; e a outras áreas de conhecimento. Esse exame será realizado por procedimentos amostrais, com uma periodicidade trienal.

Desta forma percebe-se a importância de um bom desempenho da instituição na avaliação do ENADE, e a melhora deste índice de avaliação se dá através dos conhecimentos que são passados aos alunos e adquiridos por estes.

3. Procedimentos Metodológicos

Desta forma, esta pesquisa será de natureza qualitativa, e quanto à natureza será descritiva. De acordo com Gil (1999), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Ao final de uma pesquisa descritiva, serão reunidas e analisadas muitas informações sobre o assunto pesquisado. A grande contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida.

Quanto ao procedimento a pesquisa será explicativa. Segundo Gil (1999), a pesquisa explicativa tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade, e por isso mesmo, está fortemente calcada em métodos experimentais. É uma pesquisa muito sujeita a erros (porque dependem de interpretação, o que acarreta subjetividade), mas de grande utilidade, pois geralmente possui aplicação prática.

A população consistiu em 2.055 alunos, total de acadêmicos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas que uma Instituição de Ensino Superior possuía quando da coleta de dados, considerando-se todos os cursos de graduação deste Centro nos períodos matutino e noturno.

Como o plano amostral teve que ser desenvolvido a partir de disponibilidades acadêmicas, o tamanho da amostra ideal para cada estrato determinado, a fim de atender às condições de 5% de nível de significância e de 5% de margem de erro, teve que ser modificado, resultando no esquema detalhado na Tabela 1, com suas respectivas margens de erro recalculadas para o nível de significância mantido em 5%.

Tabela 1 – plano de amostragem

Centro	Cursos	Total alunos	Nº Necessário	Nº Viável	E Ajustado
Ciências Sociais e Aplicadas	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Tecnologia em Marketing, Turismo e Lazer, Tecnólogo Comercio Exterior e Secretariado Executivo Bilingue	2055	94	72	11,5%

Fonte: da pesquisa (2012)

Dessa forma, 72 alunos constituíram a amostra desta pesquisa. Do total necessário de alunos para a pesquisa, estes foram divididos proporcionalmente a quantidade de alunos matriculados em cada curso (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de alunos pesquisados por curso

Administração		Ciências Contábeis		Ciências Econômicas		Tec. em Marketing		Turismo e Lazer		Tecnólogo Comex		Secretariado	
Qdade	%	Qdade	%	Qdade	%	Qdade	%	Qdade	%	Qdade	%	Qdade	%
28	37,83	15	20,27	12	16,21	8	10,81	5	6,75	4	5,40	2	2,70

Fonte: da pesquisa

O curso de Administração é o que possui o maior contingente de alunos, seguido pelas Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Tecnologia em Marketing, Turismo e Lazer, Tecnólogo em Comércio Exterior e Secretariado Executivo Bilíngue.

Para coleta de dados utilizou-se uma pesquisa de levantamento (ou *Survey*). Conforme Gil (1999), as pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas a cerca de um problema estudado para em seguida, mediante análise, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

4. Resultado e Discussão

O aluno da graduação necessita ampliar a sua visão de conhecimento, percebendo que a academia é maior que simplesmente o curso que está sendo ofertado. Assim, este capítulo retrata a ideia das oficinas, seu conteúdo e a forma de ser ministrado. É importante considerar que este é um modelo. Outras oficinas podem e devem ser incorporadas ao longo do tempo, devendo inclusive ser considerado a questão das particularidades de cada instituição e a região onde está instalada.

Dos 72 alunos pesquisados do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que englobam os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis Tecnologia em Marketing e Turismo e Lazer, 58,5% são do sexo feminino e 41,5% são do sexo masculino, percebendo-se uma variação estatisticamente insignificante entre o gênero dos alunos.

4.1. Estrutura Física

A estrutura necessária para o bom desenvolvimento das atividades dependerá das oficinas que serão oferecidas. Porém, uma estrutura de informática robusta é indispensável principalmente para a questão de pesquisa em base de dados. O Quadro 1 mostra uma estrutura básica.

Quadro 1 – Estrutura básica para desenvolvimento das atividades

Estrutura Física
<ul style="list-style-type: none"> - Sala com no máximo 15 alunos; - Laboratório de informática ou uma sala preparada com wireless ou conexão de rede; - Conexão via rede VPN; - Conexão Portal CAPES; - Internet de conexão rápida; - Computadores com hardware e software atualizados.
Docentes
<ul style="list-style-type: none"> - Professores da Instituição; - Professores convidados; - Bolsistas de mestrado; - Bolsistas de doutorado; - Profissionais do mercado; - Alunos preparados para a atividade.

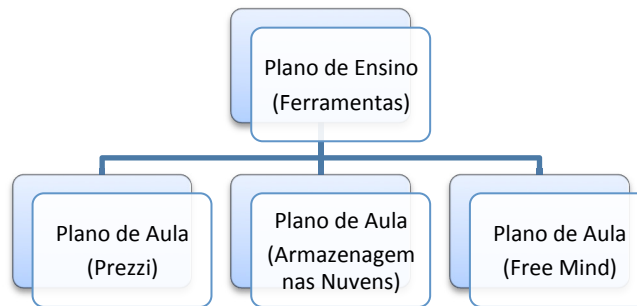
Fonte: autores (2012)

A atenção aos detalhes é um fator de sucesso desta atividade, uma vez que os alunos esperam receber não somente o conhecimento em si, mas também, estarão atentos aos detalhes da estrutura e organização do evento em si. Os docentes têm um papel fundamental neste processo, valendo ressaltar Grillo (1993), que demonstrou através de pesquisa, que o ensino de qualidade se institui num sentido de totalidade.

4.2. Estrutura Organizacional

Tão importante quanto à estrutura física, é a estrutura organizacional. Esta deve ser compreendida como a parte preparatória para o bom andamento da atividade. Portanto, a preparação de um plano de ensino e a preparação dos planos de aula são fundamentais para a organização. Como já comentado, são os pequenos detalhes que darão o diferencial no processo de ensino aprendizagem. Para uma melhor visualização, buscou-se representar graficamente esta estrutura (Figura 1).

Figura 1 – Representação gráfica da estrutura



Fonte: Dos autores

Pode-se notar que o Plano de Ensino torna-se o “gerenciador” do processo, e os planos de aula vem completar a estrutura. Para cada seminário haverá um Plano de Ensino e dentro deste, haverá tantos Planos de Aula quantos forem os temas abordados em cada seminário.

4.3. Plano de ensino

O plano de ensino é peça fundamental, pois no primeiro encontro com os alunos os instrutores deverão apresentar este plano para situá-los de como transcorrerá todo o processo. Neste plano, deverá constar a carga horária de cada módulo, as formas de avaliação, as datas dos encontros, o conteúdo programático de cada módulo e outras informações relevantes quando necessário. É importante frisar que o plano de ensino é a rota que o instrutor deverá seguir durante a apresentação do seminário. Lembrando que cada seminário tem a duração de 15 horas, portanto, para cada seminário deverá ser preparado um plano de ensino.

No Quadro 2 é apresentado um modelo de plano de ensino simplificado para um dos módulos, para exemplificar de como poderá ser construído este Plano. É interessante perceber a simplicidade da construção deste, não havendo necessidade de se desenvolver algo complexo. Sem dúvida que cada instituição poderá adotar o modelo que melhor lhe convier, mas, não deve transformar este momento de construção do Plano de Ensino uma “tortura” para o ministrante.

Quadro 2 – Modelo de Plano de Ensino

LOGO MARCA	PLANO DE ENSINO	DATA INÍCIO:
		DATA FIM:
Seminário: Ferramentas	Carga horária: 15 horas	Nº Aulas: 4 aulas
Objetivo do Assunto: Este seminário tem por objetivo desenvolver nos alunos a capacidade de trabalhar com		

outros aplicativos para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas ou profissionais.		
Ementa: Prezzi, armazenagem nas nuvens, freemind.		
Instrutor:		Nível:
Tema	Assuntos	Recursos
1 – Prezzi	1.1 O que é 1.2 Formas de acesso 1.3 Recursos 1.4 Exemplos de apresentação 1.5 Criação de apresentações	- Aulas expositivas - Multimídia - Acesso a rede - Prática em sala
2 – Armazenagem nas nuvens	2.1 O que é 2.2 Como funciona 2.3 Tipos 2.4 Como armazenar	- Aulas expositivas - Multimídia - Acesso a rede - Prática em sala
3 – Freemind	1.1 Instalação 1.2 O que é 1.3 Como utilizar 1.4 Exemplos de utilização	- Aulas expositivas - Multimídia - Prática em sala

Fonte: Os autores

Percebe-se pelo Quadro 2, que o Plano de Ensino é uma visão macro de como será o desenvolvimento do seminário, permitindo aos participantes de antemão conhecerem as atividades que serão desenvolvidas e poderem de certa forma preparar-se para elas.

4.4. Plano de aula

A partir do plano de ensino, deve-se então preparar os planos de aula para cada um dos assuntos que serão apresentados. O plano de aula também deve ser apresentado aos alunos, possibilitando a estes o acompanhamento dos assuntos apresentados. É importante que os alunos recebam com antecedência o plano de aula. Para o instrutor é um importante balizador e um gerenciador do processo de ensino aprendizagem. O Quadro 3 traz um modelo de plano de ensino.

Quadro 3 – Modelo de plano de aula

Logo marca	PLANO DE AULA	Horário início:
		Horário fim:
Tema: Prezzi		Carga horária: 4 horas
Instrutor:		
Local:		
Assuntos	Objetivos da aula	Procedimentos metodológicos
1.1 O que é 1.2 Formas de acesso 1.3 Recursos 1.4 Exemplos de apresentação 1.5 Criação de apresentações	O objetivo geral é apresentar aos alunos a ferramenta e que ao final da aula estes possam começar a desenvolver suas primeiras apresentações.	- Aula expositiva; - Apresentação de modelos; - Desenvolvimento prático
Recursos	Avaliação	Cronograma
- Aulas expositivas - Multimídia - Prática em sala	Se houver	- Apresentação do plano de aula; - Explicação da forma de acesso; - Explicação sobre a ferramenta; - Apresentação de modelos - Intervalo; - Trabalho prático.
Referências		

Fonte: os autores

O Plano de Aula traz uma visão completa de como deverá se desenvolver cada aula. É importante salientar que o Plano de Aula é uma rota e não uma reta para o instrutor, pois, ao

longo do desenvolvimento da aula poderão ocorrer fatos que não permitam o total cumprimento do Plano. O instrutor deverá estar preparado para estas eventualidades. Outro detalhe que é importante salientar, é que uma metodologia adotada para uma turma poderá não funcionar para outra. Neste caso, o instrutor também deverá estar preparado para mudar sua forma de agir, mesmo que o Plano de Aula esteja detalhado de outra forma. Caso isso aconteça, a mudança deverá ser comunicada ao grupo.

4.5. Oficinas do Conhecimento

A busca do complemento do ensino da graduação com outras temáticas importantes para o desenvolvimento dos alunos poderá contribuir com a sua aprendizagem ao longo de curso. Por extensão, estarão melhores preparados para um resultado superior nos exames nacionais, contribuindo para o reconhecimento da instituição. Com este pensamento e através da pesquisa realizada, está sendo sugerida uma grade inicial de assuntos para este processo. O Quadro 4 mostra os principais assuntos levantados pela pesquisa e que foram agrupados por temas.

Quadro 4 – Plano de seminários

Seminários		
Assunto	Temas	Carga horária
Base de Dados	- Consulta a periódicos (Scopus, Emerald, Web of Science, entre outros), - CAPES, - Bibliotecas das universidades - Outros.	Recomenda-se 15 horas para cada assunto, podendo variar de acordo com a necessidade.
Ferramentas	- Prezzi, - Ferramentas Google, - Armazenagem nas Nuvens, - Freemind, - Outros.	
Análise de dados	- Atlas.ti, - Software USINET, - Software SPSS.	
Publicações	-Formatação de documentos, -Estruturação de artigos científicos utilizando software, - Metodologia de artigos científicos.	

Fonte: da pesquisa (2012)

Pela pesquisa realizada, estas oficinas são a base para o início de um trabalho perene nas instituições, dando um apoio de conhecimento considerável aos alunos que desejarem ampliar o seu conhecimento. Pode ficar uma pergunta no ar: deverá ser obrigatória a participação dos alunos? A resposta poderá ser múltipla, ou seja, sim e não. Sim, se a instituição entender que é uma atividade curricular e fizer parte da grade. Não, se para aqueles que realizarem a instituição “premiar” a participação dos alunos de alguma forma, como: créditos financeiros; validar disciplinas; validar como atividades complementares; ou ainda que os professores das diferentes disciplinas “cobrem” todos os trabalhos dentro da metodologia científica e a utilização das ferramentas para a apresentação das análises de dados. O importante é que a instituição incentive cada vez mais os alunos a participarem das oficinas.

Relembrando Porter e Kramer (2006), que consideram que estratégia é ser diferente, sempre procurando oferecer um conjunto de atividades para geração de valor. O conceito de estratégia refere-se ao fato das organizações terem a capacidade de criar e manter uma

posição única de valor, com um conjunto diversificado de atividades. Se houvesse apenas uma posição ideal, não haveria necessidade de estratégia.

Assim a busca do diferencial competitivo é que deve também nortear as Instituições de Ensino Superior para que possam ter sucesso no mercado altamente competitivo em que se encontram.

Já Walter *et al.* (2008) ressaltam que a importância do estudo das Inteligências Múltiplas, principalmente na esfera educacional, deve-se à grande preocupação com o processo de ensino e aprendizagem, no sentido de determinar: a) como as pessoas aprendem; b) por que algumas apresentam mais facilidade do que outras em determinadas situações em sala de aula; e c) como essas diferenças podem ser desenvolvidas.

Nesta outra visão, a forma como é passado o conteúdo para os alunos também faz a diferença no nível de aprendizado. Assim, as oficinas poderão funcionar também como um reforço ao aprendizado dos alunos ou mesmo um complemento de conteúdo.

É importante ressaltar que não se deve confundir as oficinas com matérias curriculares. As oficinas devem ser ofertadas como um complemento da aprendizagem, buscando exatamente o diferencial oferecido e praticado pela instituição.

5. Conclusões

Como analisado na contextualização de Inteligências Múltiplas e Aprendizagem, é importante que a instituição esteja preocupada em preparar cada vez melhor o seu aluno através não somente das disciplinas curriculares, mas também, através de outras atividades complementares que venham somar conhecimento e oportunidade de desenvolvimento intelectual. Em uma maior visão mais ampla, uma formação mais abrangente quanto a planos futuros dos estudantes no que tange a sua aspiração para cursos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado e/ou doutorado.

Respondendo ao objetivo da pesquisa, entende-se que as oficinas ofertadas inicialmente formam um arcabouço de sustentação didática. Dessa forma, poderá contribuir para a melhoria dos trabalhos acadêmicos, desde as primeiras fases da graduação, culminado com o aperfeiçoamento contínuo dos alunos, buscando um diferencial competitivo para a instituição e posicionando-a no mercado como uma instituição de aprendizagem superior. As oficinas ofertadas com certeza abrem uma imensa “janela” de conhecimentos aos alunos, deixando-os mais propensos a pesquisar além do conteúdo apresentado pelos professores em sala de aula. Como já afirmado ao longo deste trabalho, estas oficinas são um mínimo que é sugerido para contribuir com o desenvolvimento do aluno de administração. Outras atividades podem ser agregadas, porém, não se pode perder de vista que o objetivo principal é aumentar o nível de conhecimento do aluno, agregando conhecimentos afins na busca de seu constante desenvolvimento intelectual.

No momento que se discute em alto e bom som a qualidade do ensino no país, estas instituições poderão estar trazendo um diferencial para a sociedade, preparando melhor os futuros administradores.

Referências

- Almeida, M. A. (2001). *Universidade possível: experiências da gestão universitária*. São Paulo: Cultura.
- Antunes, C. (1999). *As inteligências múltiplas e seus estímulos* (4a ed.). Campinas: Papirus.
- Armstrong, T. (2001). *Inteligências múltiplas na sala de aula* (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.

- Bem, A. M. (2004). *Confiabilidade e validade estatísticas da avaliação docente pelo discente: proposta metodológica e estudo de caso*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Florianópolis, SC, Brasil.
- Bittencourt, H. R., Viali, L., Casartelli, A. de O., & Rodrigues, A. C. de M. (2008). Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. *Estudos em Avaliação Educacional*, 19 (40), 247-262.
- Brasil. (1996). Portaria Normativa n. 11 Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Seção 1, p. 4686.
- Escobar, M. A. R., Dalfovo, M. S., & Verdinelli, M. A. (2010). Os Índices IGC, ENADE E CAPES nos cursos de administração. *Gestão Universitária na América Latina*, 3 (1), 1-14.
- Fischer, T. (2010). A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administração: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino. *Revista Organizações & Sociedade*, 17 (52), 209-219.
- Fischer, T., Waiandt, C., & Fonseca, R. L. (2011). A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. *Rev. Adm. Pública*, 45 (4).
- Freund, J. E., & Simon, G. A. (2006). *Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade* (11a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Gama, M. C. S. S. (1998). *A teoria das inteligências múltiplas e suas implicações para a educação*. Recuperado em 26 março, 2012, de <http://www.homemdemello.com.br/psicologia/intelmult.html>
- Gardner, H. (1985). *Frames of mind*. New York, Basic Books Inc.
- Gardner, H. (1995). *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de pesquisa Social* (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Grillo, M. C. (1993). *Qualidade o ensino superior: estudo do referencial pedagógico do professor*. 16ª Reunião anual da ANPEd.
- Libâneo, J. C. (1990). *Didática*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Nicolini, A.M. (2002). O futuro administrador pela lente das novas diretrizes curriculares: cabeças bem-feitas ou bem cheias? *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Salvador, BA, Brasil, 26.
- Paula, A. P. de. (2001). Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*, 41 (3), 77-81.
- Polidori, M. M. (2009). Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices. *Avaliação: Revista da Educação Superior*, 14 (2), 267-290.

- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). Strategy and Society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 1-17.
- Rays, O. A. (1987). *Planejamento de Ensino: um ato pedagógico*. Rio Grande do Sul, UFSM.
- Ristoff, D., & Giolo, J. O. (2006). Sinaes como sistema. *RBPG*, 3 (6), 193-213.
- Souza-Silva, J. C., & Davel, E. (2005). *Conceptions, practices and challenges in faculty development: learning from the Brazilian experience*. Canada: AERA.
- Walter, S. A., Schneider, M. A., Frega, J. R., & Domingues, M. J. C. S. (2008). Similaridades e divergências no desenvolvimento das inteligências múltiplas de um curso de ciências contábeis: um comparativo entre cursos, turmas e gêneros. *Anais do Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP*, São Paulo, SP, Brasil, 9.